

## O ROMANCE HISTÓRICO DO SÉC. XIX ENQUANTO FACTOR DE CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA CIDADE DO PORTO

— *Os Tripeiros* de Coelho Lousada

167

ADELAIDE PEREIRA MILÁN DA COSTA  
(Univ. Aberta)

Ao limitar-se a convocar os termos *Literatura* e *História*, reduzindo à sua expressão mais simples o nexa que os une e não direccionando as comunicações para uma determinada problemática, o tópico orientador deste *Colóquio* deixa em aberto todas as hipóteses de abordagem.

Antes de mais, impõe-se optar pela definição das próprias categorias em análise: podem ser assumidas como *História da Literatura* e *História da História*, como *Estudos Literários* e *Historiografia*, ou ainda, o que parece constituir o âmbito a privilegiar, como *Literatura* (criação estética) e *Historiografia* (território de conhecimento científico).

Por clarificar permanece também o vínculo a estabelecer entre os conceitos. Nos dois primeiros casos enunciados – sendo os conceitos entendidos enquanto campos de pesquisa – o percurso das intervenções tenderá a equacionar temas como a possível interdisciplinaridade ou a necessária autonomização, atendendo a fundamentos, métodos, objecto e objectivos. Mas quando se relacionam categorias que não participam da mesma natureza – por um lado, a obra literária e, por outro, a historiografia, domínio disciplinar – inevitavelmente o foco da controvérsia transfere-se para a barreira, fluida para uns, intransponível para outros, entre a ficção e a interpretação histórica do passado<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> A promoção deste tipo de debates não é pontual, inserindo-se no reactivar cíclico de uma herança antiga. Por mais que, no trabalho quotidiano de pesquisa, os problemas epistemológicos escapem ao horizonte imediato das preocupações dos historiadores, a verdade é que se sucedem títulos a demonstrar que eles não se encontram imunes à reflexão sobre o tema. Basta recordar as obras de Duby: 1992; Evans: 2000; Jenkins: 1999; e, no caso português, Hespanha: 1986 e 1991. Destacam-se estes livros, ainda que o espectro bibliográfico neste âmbito seja substancialmente mais vasto. Cf., por exemplo, Noiriél: 1996.

Gostaria de salientar, sobretudo para os investigadores do campo da Literatura, que existe em História um corte profundo entre a pesquisa sobre um determinado tema, seguindo escrupulosamente o que Georges Duby rotula como a *moral positivista*, e um nível superior de reflexão epistemológica quanto a esta área do saber. Estes dois planos raramente se cruzam, inclusivamente no mesmo indivíduo: e assim é possível que um historiador faça uma publicação de fontes rigorosa, com forte aparato erudito, interprete essas fontes e esquisse uma interpretação sustentada sobre um aspecto do passado humano, ao mesmo tempo que escreve um ensaio a questionar os fundamentos da disciplina que cultiva.

Contudo, é inegável a pouca receptividade dos historiadores face às reflexões epistemológicas. Evans (2000, p. 24) explica o facto, entre outras razões, com o argumento de que o (...) nível de abstracção e de teorização que atinge a maioria dos estudos de epistemologia histórica está tão desfadado dos problemas reais dos historiadores que o assunto é, em geral, pouco relevante para a prática dos historiadores (...).

Ainda que naturalmente não excluída, esta problemática adquire um estatuto marginal na presente comunicação, uma vez que *Literatura e Historiografia* – pois é nesta vertente que assumo as categorias – se encontram num plano de completa igualdade. O que acabei de escrever não corresponde a um manifesto epistemológico de princípio contagiado por modas pós-modernas e que reflectam a minha conversão aos argumentos da *linguistic turn*<sup>2</sup>. Considero a historiografia como um campo disciplinar que produz um discurso cientificamente conduzido sobre o passado. Em primeiro lugar, pelo recurso a métodos rigorosos de análise das fontes<sup>3</sup> e, não menos importante, pela postura básica do investigador, que terá sempre a procura da *verdade* como horizonte<sup>4</sup>.

Pretendo explicitar algo de bem mais razoável. O estatuto de uniformidade concedido a discursos de natureza diversa repousa, em exclusivo, no facto de se constituírem em material de pesquisa. Assim, textos literários – campo da liberdade estética e de criação ficcional, textos historiográficos – produto de uma área científica com normas de procedimento metodológico e fundamentação conceptual, bem como textos políticos, da autoria de titulares do governo autárquico ou das instâncias administrativas superiores, correspondem a fontes de um projecto de investigação.

Tal projecto, que tem vindo paulatinamente a ser desenvolvido, pretende «fixar os momentos e desmontar as condições de produção de discursos sobre a cidade do Porto: discursos que apresentam a singularidade de moldar ou reflectir uma espécie de arquitectura mental estruturante da auto-imagem dos portuenses» (Costa: 2002). Ou seja, consideram-se textos, da lavra de sujeitos vários e produzidos num espectro temporal alargado, em que se formalizam esteios da memória social portuense.

Tentarei, em forma de síntese, actualizar algumas das conclusões que esta pesquisa até agora permitiu esboçar.

Pedidos e agravamentos correspondem à substância nuclear que impulsiona os concelhos no diálogo institucional que estabelecem com a coroa, durante a Idade Média. Os textos que os consignam, apresentados ou não em cortes, estruturam-se em três partes: factos motivadores da insatisfação, requerimento e justificações que o sustentam (Sousa: 1985). Depurados dos dois primeiros elementos – que têm vindo a ser objecto de uma exploração sistemática –, permanece a retórica. Neste âmbito, os capítulos especiais de cada cidade ou vila remeterão para alegações específicas, tanto sustentadas em condições naturais quanto em factos historicizados<sup>5</sup>. No caso do Porto, é possível isolar tópicos argumentativos próprios, destacando-se, de entre os que traduzem uma leitura do passado, o da hiperbolização do papel que o burgo desempenhou aquando da crise de 1383/85, quase o elevando a sustentáculo da independência do reino (Costa: 2003a).

<sup>2</sup> Cf. sobre o tema Delacroix; Dosse; Garcia: 1999, p. 51.

<sup>3</sup> Relembremos, a propósito, as palavras de Duby (1992, p. 152) sobre o que ele designava por *moral positivista*: «Que sobretudo não me imaginem a repudiar essa moral: é ela que confere ao nosso ofício a sua dignidade. Apliquei escrupulosamente os seus preceitos quando tratava os materiais. Esforçava-me, então, por verificar, por classificar os testemunhos, por não os perverter. Tinha tido o cuidado de os tomar a todos em consideração, e na sua integridade, de nada pôr de lado, de manter cada um deles no seu lugar, proibindo-me imperativamente o menor corte, o menor verniz, essas pequenas liberdades que se é fortemente tentado a ter a fim de que as esparsas migalhas da informação concordem mais intimamente com o que conjecturamos fazer com elas».

<sup>4</sup> Cf. Iggers: 1998, pp. 9 e ss. e Lozano: 1987, pp. 115 e ss. (cap. *La relación entre historia e poética*).

<sup>5</sup> A questão da especificidade dos tópicos argumentativos dos capítulos especiais de cada concelho começa a vislumbrar-se, ainda que a investigação sobre o assunto se encontre numa fase preliminar (cf. Costa: 2003c).

A recorrência da enunciação desse tópicos, a partir do capítulo especial apresentado nas cortes de Évora de 1436, permite acompanhar o processo de cristalização de uma mensagem política, uma interpretação do real para consumo externo, que se mantém cerca de cem anos mais tarde (Costa: 1999, pp. 94 e ss.).

A historiografia portuense dos anos sessenta do século XX, projectada pelos tempos de comemorações vividos, acolhe o tópicos – expurgando-o ou não dos exageros primitivos – concedendo-lhe foros de explicação histórica; a base de sustentação documental continuava a ser, em grande medida, o texto do agravamento portuense de 1436, que todos os historiadores citaram ou transcreveram (Costa: 2001, p. 139).

Partindo desta constatação, ensaiei analisar retrospectivamente discursos em que tal referente se encontrasse expresso.

Atendendo ao contexto político (Serén; Pereira: 1994, pp. 450-520) e cultural (Basto: 1932) portuense oitocentista e às correntes literárias e historiográficas dominantes<sup>6</sup>, optei por canalizar a pesquisa, prioritariamente, para romances históricos coevos, da autoria de portuenses que tematicamente privilegiassem a cidade medieval ou os seus naturais.

A primeira obra a ser objecto de estudo foi *A Última Dona de S. Nicolau. Episódio da história do Porto no século XV*, de Arnaldo Gama, dada à estampa em 1864 (Costa: 2002 e 2003b).

O referido episódio aconteceu em 1474, ano em que o burgo expulsa, recorrendo à violência, um nobre que estanciava na cidade, em claro desrespeito pelos privilégios da mesma.

A leitura da novela e de pensamentos que Arnaldo Gama foi disseminando em escritos vários, conduziram-me a concluir que este autor projectava escrever *romances históricos científicos*. De facto, os critérios de exigência que pautam a sua novela equiparam-se aos assumidos pelos historiadores. Tal é perceptível no notável aparato crítico em que escora as afirmações produzidas; assim, não só se baseia em textos historiográficos, colectâneas documentais e, sobretudo, em fontes manuscritas – muitas das quais permanecem inéditas e encontram-se nos Arquivos e nas cotas por ele indicados, como também recorre ao crivo diplomático para as tratar.

Toda esta erudição acarreta inevitavelmente consequências para a imagem que transmite do burgo, em finais do século XV: traça meticulosamente a paisagem urbana, explicita normas e práticas das cidades medievais, preocupa-se em recorrer a personagens referenciais conhecidas apenas por quem domina a documentação quatrocentista portuense, o que não seria o caso dos seus leitores.

Mas as semelhanças entre Arnaldo Gama e um historiador terminam por aqui: o seu elevado grau de envolvimento com o acontecimentos e as realidades sobre que escreve exprime-se sem qualquer tipo de freio, transcrevendo-se em estratégias como o elogio, a simplificação, a crítica e o confronto com o presente.

Dir-se-ia que a novela é norteada pelo imperativo cívico de actuar na sociedade contemporânea, servindo-se, para tal, do contraste entre duas épocas de uma mesma cidade, com quatro séculos de permissão. Para tanto, recorre aos tópicos já utilizados no século XV pelos autarcas portuenses. O romancista coloca, inclusivamente, na boca de um juiz da cidade, o texto dos famosos capítulos especiais do Porto de 1436, a formalização mais completa do discurso do poder concelhio do burgo quatrocentista. Ao longo da obra, uma profusa e encomiástica adjectivação, reitera o carácter inato do espírito liberal dos portuenses, exemplificado, em inúmeros episódios situados nos tempos medievais.

<sup>6</sup> Cf. Reis; Pires: 1999, pp. 40 e ss.; Torgal; Mendes; Catroga: 1988, vol. 1, pp. 45 e ss.

Tendo por paradigma *A Última Dona de S. Nicolau*, a leitura de *Os Tripeiros romance-crónica do século XIV*, de António José Coelho Lousada<sup>7</sup>, publicado em 1857<sup>8</sup>, é bem menos aliciante – na perspectiva de um medievalista –, mas bastante agradável, mercê de uma escrita escorreita, eivada de ironia.

A acção de *Os Tripeiros* centra-se na vivência portuense dos acontecimentos de 1384 (de meados de Maio até depois da festa de S. João), mormente no que ao aparelhamento da frota para socorrer Lisboa, sitiada pelo rei castelhano, diz respeito.

O autor situa o seu romance num momento político crucial para o reino («o que a gente da *ordem* chama revolução e revolução política não estalara em tempo algum como agora» – *Tripeiros*, p. 8) e particularmente melindroso para o burgo, dada a iminente ameaça de invasão das tropas galegas.

A trama romântica fixa-se nos amores de dois jovens casais – um amor impossível (entre João Bispo, cristão, e Garifa, moura) e um amor que contraria as normas de prestígio social, entre Fernando Vasques, o sobrinho de um, ao tempo, cidadão, comerciante de carnes e pelames mas que começara como fressureiro (vendedor de tripas), e Irene, filha do conhecido e reputado piloto e mercador João Ramalho.

Compõem a novela dez capítulos. O 1.º, *A Mensagem do Mestre*, é apenas de contextualização, enquanto que os 2.º, 4.º, 5.º e 9.º desenvolvem, em exclusivo, o enredo romântico. Dois dos restantes apresentam títulos que remetem directamente para factos coevos: *O Recontro de Leça* (7.º) e *O Torneio* (8.º), ainda que os referentes históricos não permaneçam aí acantonados mas se entrelacem com a ficção em todos estes capítulos (os 6.º, 7.º, 8.º e 10.º).

Os jovens rapazes enamorados desempenham um papel basilar no desenrolar dos acontecimentos políticos. João Bispo desmascara Gonçalo Rodrigues de Sousa, alcaide de Monsaraz, provando que ele era traidor à causa do Mestre (*Tripeiros*, p. 91) e Fernando, transformado em herói no *Recontro de Leça* (*ibid.*, pp. 106-112) convoca a sua veia de orador para convencer uma multidão renitente em deixar que a carne siga para Lisboa, com uma argumentação fundacional do epíteto dos portuenses (*ibid.*, pp. 161-162).

Coelho Lousada economiza nas fontes<sup>9</sup> que sustentam a sua novela, limitando-se à *Crónica de D. João I*<sup>10</sup>; aliás, o seu discurso como que dialoga com a obra de Fernão Lopes, a ponto de aludir a determinados episódios só perceptíveis por quem a leu<sup>11</sup>.

As personagens referenciais que convoca coincidem integralmente, sem contudo as esgotarem, com as mencionadas pelo cronista nas passagens relacionadas com o burgo<sup>12</sup>.

<sup>7</sup> António José Coelho Lousada viveu entre 1828 e 1859. Escreveu as novelas históricas *A Rua Escuro* (1856), *Os tripeiros* (1957) e o romance *Na Consciência* (1857). Sobre o autor e a sua obra consultem-se Oliveira: 1945; *Dicionário de Literatura Portuguesa*: 1976, pp. 576-577; *Dicionário de Literatura Portuguesa*: 1996, p. 283; *Dicionário do Romantismo Literário Português*: 1997, pp. 292-293.

<sup>8</sup> *Os Tripeiros romance-crónica do século XIV*: 1857 (doravante designado por *Tripeiros*). A obra esteve na origem de um drama histórico (Augusto Garraio: 1875).

<sup>9</sup> Ainda que veicule alguns conhecimentos da história mais recuada da cidade do Porto que não são mencionados por Fernão Lopes (a *Crónica* é doravante designada por *D. João I*).

<sup>10</sup> Já Oliveira (1945, p. 15) tinha chamado a atenção para «o facto histórico (ser) fundado no que nos conta Fernão Lopes nos capítulos CXI, CXII e CXIII da primeira parte da *Crónica* de D. João I».

<sup>11</sup> *Tripeiros*, pp. 9, 11 e 35.

<sup>12</sup> Passo a enunciar essas personagens, mencionando a primeira referência que é feita por Coelho Lousada (CL) e por Fernão Lopes (FL): Aires Gonçalves de Figueiredo (CL, 7; FL: I, 232); Conde D. Pedro de Trastâmara (CL, 9; FL: I, 232); D. João Manrique, Arcebispo de Santiago (CL, 10; FL: I, 229); Gonçalo Rodrigues (CL, 11; FL: I, 234); Rui Pereira (CL, 11; FL: I, 234); Martim Gil, abade de Paço de Sousa (CL, 12; FL: I, 239); João Ramalho (CL, 20; FL: I, 233); Álvaro da Veiga (CL, 78; FL: I, 93); Gonçalo Rodrigues de Sousa, alcaide de Monsaraz (CL, 81; FL: I, 239); Afonso Eanes Pateiro (78; FL: I, 93); Afonso Henriques de Trastâmara (CL, 102; FL: I, 242); Martim Correia (CL, 105; FL: I, 233); Gonçalo Pires, escrivão da chancelaria (CL, 80; FL: I, 129); Domingos Pires (das Eiras) (CL, 81; FL: I, 238); Frei Patinho (CL, 100; FL: I, 235); Nicolau Domingues (CL, 105; FL: I, 233); João Domingues Portocarreiro (110).

No entanto, Coelho Lousada elabora uma versão livre dos circunstanciados relatos da *Crónica*. Não respeita a ordem cronológica dos acontecimentos<sup>13</sup>, inventando relações de causalidade que contrariam o narrado por Fernão Lopes<sup>14</sup>. Deturpa factos<sup>15</sup>. Hiperboliza situações<sup>16</sup>. Faz actuar personagens que, ao tempo, já tinham morrido<sup>17</sup>. Reinventa a história pessoal do mercador João Ramalho<sup>18</sup>.

As referências ao espaço do burgo são lacónicas, confusas, algumas incompreensíveis, outras improváveis ou fantasiosas. Assim vejamos. É ambíguo ao mencionar a muralha, não distinguindo a cerca velha e o muro dito fernandino<sup>19</sup>. É inconclusivo quanto à localização do bairro dos judeus<sup>20</sup>. Transforma o pequeno povoado de Miragaia numa zona cosmopolita (*Tripeiros*, pp. 9-10). Situa a casa de morada do antigo fresureiro na rua dos Pelames, quando é pouco crível que um homem enriquecido não materializasse no espaço o seu novo estatuto, fixando-se numa zona mais *nobre* (*ibid.*, p. 48). Identifica um pequeno bairro mouro (*ibid.*, p. 34).

Quanto à caracterização da sociedade portuense trecentista, enuncia as etnias (cristãos, mouros e judeus) (*ibid.*, p. 34) e apresenta as categorias sociais de uma forma contrastante: populares/cidadãos (*ibid.*, pp. 6-7), mesterais/burgueses (*ibid.*, p. 12), não omitindo os critérios de prestígio social<sup>21</sup>. A oposição peão/rico-homem

Para além destas personagens menciona, ainda, Fernando Afonso (CL, 10; FL, I, 229); Lopo de Lira (CL, 102; FL, I, 229); Fernão Gomes da Silva (CL, 102; FL, I, 229); Martim Gonçalves de Ataíde (CL, 102; FL, I, 229); Gonçalo Pires Coelho (CL, 102; FL, I, 229); Vasco Martins de Melo (CL, 102; FL, I, 243); Misser Manuel Pessanha (CL, 102; FL, I, 243); João Rodrigues Portocarreiro (CL, 110; FL, I, 229), bem como outras que são continuamente referidas na *Crónica*: D. Fernando (CL, 5); D. Beatriz (CL, 5); Bispo D. João (CL, 7) Álvaro Pais (CL, 9); D. João de Castela (CL, 10); D. Lourenço, arcebispo de Braga (CL, 11); Conde D. Gonçalo (CL, 39); Nuno Álvares Pereira (CL, 99).

Apenas os bispos do Porto Martinho Rodrigues (CL, 9) e Vasco Martins (CL, 9) não são mencionados por Fernão Lopes, visto terem vivido num tempo muito anterior aos acontecimentos narrados pelo cronista.

<sup>13</sup> Considerando, por exemplo, que a escaramuça com o arcebispo de Compostela foi anterior à divulgação do pedido de Rui Pereira no sentido de se armar uma frota na cidade do Porto para ir socorrer Lisboa (cap. *O Recontro de Leça*), quando, de facto, ocorreu no dia seguinte (*D. João I*, I, p. 237).

<sup>14</sup> Adianta que Rui Pereira segredou a Domingos Pires que apresentasse, em reunião camarária alargada, a ideia de mandar um mensageiro a Coimbra para convencer o conde D. Gonçalo a seguir a causa do Mestre, ainda que já tudo tivesse sido decidido no Paço de S. Martinho (*Tripeiros*, p. 81). A actuação de Rui Pereira é descrita como uma lisonja feita aos burgueses. Segundo Fernão Lopes, a concessão dos bens da irmã é uma exigência do conde D. Gonçalo depois de ter sido contactado pelo abade de Paço e não uma iniciativa atribuível ao Mestre (*D. João I*, I, 241).

<sup>15</sup> Gonçalo Rodrigues de Sousa não foi escolhido pelos homens bons do Porto como emissário ao conde D. Gonçalo (*Tripeiros*, p. 81; FL: *D. João I*, I, 239).

<sup>16</sup> Como a escaramuça de Leça que Coelho Lousada pinta com as cores do fogo – incêndio do mosteiro – mercê de um acto de coragem de Fernando Afonso e transforma numa debandada galega (*Tripeiros*, pp. 95-112). Compare-se o relato de Fernão Lopes: *D. João I*, I, pp. 233-236.

<sup>17</sup> Segundo Fernão Lopes, Álvaro da Veiga foi morto aquando da aclamação do Mestre no Porto por se recusar a levar a bandeira pela cidade em nome do Mestre (*D. João I*, I, p. 93). Em Maio de 1384 Coelho Lousada mantém-no, ainda, vivo (*Tripeiros*, p. 78).

<sup>18</sup> Segundo Coelho Lousada, João Ramalho vivia em Miragaia (*Tripeiros*, p. 21), era viúvo de uma asiática, de cujo casamento tinha nascido Irene, que estava tomada de amores por Fernando Vasques (*Ibid.*, p. 23).

De facto, sabe-se que João Ramalho foi casado com Inês Martins e pai de Catarina Anes, mulher de Mem Cerveira. Aforou em 1388 um terreno na rua da Fonte Taurina para construir casas. Desconhece-se se lá terá habitado (ADP, *Cabido da Sê do Porto, Livros de Originaes, Liv. 1682*, pergs. 13 e 15; ANTT, *Chancelaria de D. João I, Liv. II*, fol. 137; *Id.*, *Chancelaria de D. Duarte, Liv. I*, fols. 106v-107; *Id.*, *Leitura Nova, Além Douro, liv. IV*, fols. 79/79v).

<sup>19</sup> Assim, refere a Porta Nova e a Porta do Olival (abertura na muralha trecentista), sabe que há pouco tempo se tinha concluído a cerca da cidade (*Tripeiros*, p. 157) mas afirma que, ao tempo, o mosteiro de S. Francisco se situava extra-muros (referindo-se, naturalmente aqui à cerca velha) (*ibid.*, p. 50).

<sup>20</sup> *Tripeiros*, pp. 34 e 55. Cf. Tavares: 1982, vol. 1, pp. 62 e ss..

<sup>21</sup> Adianta, relativamente à oposição de João Ramalho quanto ao namoro entre a sua filha e o sobrinho do antigo vendedor de tripas que: -O rico burguez não mettia em linha de conta a vaidade do piloto, não se recordava também de que o commercio e industria com que se locupletara eram marcados com desprezo tradicional, desprezo eclipsado para as maiorias pela brilho das dobras, é verdade- (*Tripeiros*, p. 86).

(*ibid.*, p. 13), sendo a última categoria externa à cidade, é a mais explorada, como veremos.

Coelho Lousada não é tão veemente quanto Arnaldo Gama o será a fazer a apologia do carácter altaneiro dos vizinhos do burgo, ainda que considere os portuenses como «o mais desenqueto povo de toda a província e do reino»<sup>22</sup>.

E é precisamente na qualificação dos portuenses que melhor transmite a ironia antes mencionada.

Logo no primeiro capítulo descreve uma multidão em reboliço, dirigindo-se às galés que sobem o rio, considerando que ela se encontra disfarçada «entre o guerreiro e o burlesco» (*ibid.*, p. 6); uma ridicularização que ultrapassa o caricato do que é visualizado para se alargar às emoções sentidas por essas gentes quando obtêm a confirmação de que as embarcações vinham pelo Mestre:

«voltaram atrás, dando vivas, como se fosse aquillo reforço inesperado, que os viesse tirar de apuros. Nas galés não vinha reforço algum para os do Porto, única terra de importância ao norte do reino que não aceitára como rei o marido de Beatriz, e tinha a braços setecentas lanças e dous mil infantes do arcebispo de Santiago e de outros senhores castelhanos e portugueses, sem contar os aventureiros de Fernando Affonso, que não eram nem uma cousa nem outra»<sup>23</sup>.

Especificamente quanto aos cidadãos do burgo, acentua a facilidade com que o elogio insufla, em simultâneo, a vaidade e boa vontade, transformando-os em homens crédulos e cooperantes.

Vejamos os sentimentos que a leitura da missiva enviada pelo Mestre despertou num dos mais notáveis cidadãos do Porto:

«lisongeado em extremo no seu patriotismo de localidade ... D. João chamava aos portuenses o seu bom povo, mimoseá-lo além disso com outros epythetotaaes como – leal, esforçado, etc. e o portador (Rui Pereira), resolvido, apesar do seu enfado a ser amável e popular, pintára a amizade e reconhecimento do Mestre, pela espontaneidade da sua aclamação na cidade da Virgem, com taes cores, descera da sua dignidade prodigalizando sorrisos ao corpo municipal, batendo no hombro de Luiz Giraldes de um modo, que o nosso homem esteve por um triz a deixar cahir uma lagrima de commoção (...)» (*ibid.*, pp. 40-41).

Um mês mais tarde:

«Os burguezes do Porto tinham desempenhado a sua palavra: os navios prometidos estavam a nado nas águas do Douro, promptos para dar á vela. Os cavalleiros e ricos-homens nem todos procediam do mesmo modo; o fogo do amor da pátria era em alguns, túbio, em outros nullo» (*ibid.*, p. 147).

No que aos nobres diz respeito, o autor explora a sua tácita tibieza quanto ao partido a adoptar no conflito que grassava no reino, o descontentamento face à alteração

<sup>22</sup> *Tripeiros*, p. 9 e acrescenta: «Tinham já dado mostras da sua força aos bispos D. Martinho Rodrigues e Vasco Martins» (*ibid.*); «O Porto, behetria havia muito, entregue todo ao commercio, quando não se divertia a jogar as cristas com os seus bispos e a pugnar pelas suas liberdades (...)» (*ibid.*, p. 117).

<sup>23</sup> *Tripeiros*, p. 10. Lendo Fernão Lopes conclui-se que, a vinda da armada ao Porto e a incorporação das suas gentes na escaramuça com os Galegos em Leça foi fundamental para que estes retirassem (cf. as palavras atribuídas ao arcebispo de Compostela –*D. João I*, I, p. 236).

da ordem social vivida<sup>24</sup> e o agastamento por eles experimentado – mesmo por parte dos fiéis ao Mestre – face à sem-cerimónia dos portuenses<sup>25</sup>.

Coelho Lousada termina a novela, de novo, com uma multidão em alvoroço, mercê da divulgação da proximidade dos galegos, a que junta uma manada de gado a percorrer a cidade em todas as direcções. Emerge um audível antagonismo face à iminência da largada dos navios com os mantimentos, contestação iniciada com marginais e pobres e, a breve trecho, extensiva aos mestrais.

— «não acho muito acertado mandarem para Lisboa quanta boa lança ha por ahi. É dever acudir ao próximo; mas em primeiro logar estão os da casa» (*ibid.*, p. 149).

— «Muito nos custa a viver! Acuidiu uma gorda cidadoa, e mais custará agora que levam todo isso para Lisboa» (*ibid.*, p. 152).

— «Se os de Lisboa estão cercados pelos de Castella, que façam como fizemos em Leça; se por lá estão minguidos de mantimentos, também não nos sobejam» (*ibid.*).

— «Os de Lisboa que se avenham como poderem» (*ibid.*).

— «Morrão os traidores que querem dar cabo da arraia miúda para entregar a cidade aos de Castella!» (*ibid.*, p. 154).

Face à inoperância das tentativas encetadas pelos oficiais camarários para serenar os ânimos, passa a liderar o processo Fernando Afonso, sobrinho do fressureiro, com o único intuito de salvar o tio e a si próprio da ira popular:

«Meterram-vos em cabeça que vos queriam matar á fome ... porque se embarca alguma carne na esquadra! ... mas não se lembrou ninguém de que todos os miúdos cá ficam ...

– E depois com tanta força, com tanta miudagem de todo esse gado não se morre á fome;

– E a carne não é cousa que engasgue a arraia muita vez no anno! obervou um vadio ...

– aos corredores galegos nós os ensinaremos, e haverá ahi mantimentos de sobra ...

– Se os de Lisboa carecem de nós, nós não carecemos delles (exclama um mesteiral) ... a quem aquellas palavras tinham inflamado o orgulho pátrio» – (*ibid.*, p. 161).

Quando Fernando terminou: «o descontentamento da arraia, estava convertido em abnegação cívica, em entusiasmo patriótico. O povo tem, como o oceano, destas mudanças repentinas» (*ibid.*, p. 162).

«Os portuenses davam o primeiro passo para obterem em chrisma uma alcunha que tinha de durar séculos: mas a honra da cidade estava salva – Viva o Mestre de Avis! Viva a arraia meuda do Porto!» (*ibid.*, p. 163).

<sup>24</sup> Veja-se o desabafo de um velho fidalgo de Ribatua «Bem altaneiros andam já burguezes e mesteiraes» (*Tripeiros*, p. 44) ou as palavras de Aires Gonçalves, referindo-se ao Mestre: «Deixa a cidade aos peões, aos peões que trata como gente de prol» (*ibid.*, p. 44); «Estão inchados com o valimento que lhes dão» (*ibid.*), ou ainda: «faz cavalleiros a seu capricho do primeiro peão que se lhe antolha» (*ibid.*, p. 45).

<sup>25</sup> Aquando do desembarque de Rui Pereira salienta «o estado de exaltação, e animo revoltoso ou independente dos burguezes e vilões (...). Ruy Pereira, apesar de ter presenciado em Lisboa a revolta popular, fazendo-se popular elle mesmo, não o era tanto que levasse a bem aquella sem cerimonia dos portuenses» (*Tripeiros*, p. 13). Seguem em procissão acompanhados pelo povo e pelos oficiais para S. Domingos mas para a Casa da Câmara: «o que fazia tragar sem réplica a Ruy Pereira o cerimonial amofinador a que o submetiam os edis portuenses, e a pressa que tinham em saber em que podiam servir sua senhoria, o futuro rei» (*ibid.*, p. 14).

Coelho Lousada radica neste episódio a origem da designação dos naturais do Porto, ainda que não seja esta a versão mais corrente; como se sabe, tradicionalmente os portuenses são rotulados de tripeiros por terem enviado a carne existente na cidade para o mantimento da frota que foi conquistar Ceuta, em 1415.

Dois autores oitocentistas portuenses, um após uma aturada pesquisa documental de textos elaborados pelo poder concelhio de Quatrocentos e outro socorrendo-se apenas da versão régia dos sucessos de 1383/85, elaboram novelas muito diferentes – do ponto de vista do historiador, repito – mas que promovem a imagem da cidade.

Perpassa n' *Os Tripeiros*, contudo, uma visão cáustica dos acontecimentos narrados, de que constituem exemplo a falta de uníssono do povo (quando devidamente desencadeada a discórdia), a ingenuidade dos burgueses e a tibieza dos nobres. Coelho Lousada manipula e deturpa a sua fonte – a *Crónica de D. João I* – parecendo, com esse expediente, revelar o descrédito a que as ajudas externas à cidade devem ser votadas e a facilidade com que, pela lisonja, se atribui a ilusão do protagonismo político aos burgueses, obtendo-se, assim, o sacrifício das gentes do burgo<sup>26</sup>.

<sup>26</sup> Cf. as notas 14 e 23.

## Obras citadas

### Romances (e drama) históricos

GAMA, Arnaldo

1864, *A Última Dona de S. Nicolau. Episódio da história do Porto no século XV*, Porto, Typographia do Comércio.

LOUSADA, António José Coelho

1857, *Os Tripeiros romance-crónica do século XIV*, Porto, Typographia de J. J. Gonçalves Basto.

GARRAIO, Augusto

1875, *Os Tripeiros chronica do século XIV: drama historico de grande espetáculo baseado no romance do mesmo título do fallecido escriptor A. C. Lousada*, Porto, Liv. Portuguesa e Estrangeira.

### Outros títulos

BASTO, Artur de Magalhães

1932, *O Porto do Romantismo*, Coimbra, Imp. da Universidade.

BUESCU, Helena Carvalhão (coord.)

1997, *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Lisboa, Editorial Caminho.

COELHO, Jacinto do Prado (dir.)

1976, *Dicionário de Literatura Portuguesa*, vol. 2, Porto, Figueirinhas.

COSTA, Adelaide Pereira Millán da

1999, *A Projecção Espacial de Domínios. Das relações de poder ao burgo portuense*, tese de doutoramento policopiada apresentada à Universidade Aberta, Lisboa.

COSTA, Adelaide Pereira Millán da

2001, «Circularidades da Memória. Entre o impensado social e a formalização», in *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III série, n.º 3, *Memória e Sociedade*, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 135-141.

COSTA, Adelaide Pereira Millán da

2002, «O burgo medieval revisitado por um romântico ou a procura da identidade do Porto», comunicação apresentada no dia 5 de Novembro de 2002, no ciclo de conferências sobre *O Imaginário da Cidade*, organizado pelo *Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares* da Universidade Aberta (entregue para publicação na revista *Discursos*).

COSTA, Adelaide Pereira Millán da

2003a, «O discurso político dos homens do concelho portuense na época medieval», in *Actas do Colóquio Discursos de Legitimação*, (documento em suporte informático), Lisboa, Universidade Aberta.

COSTA, Adelaide Pereira Millán da

2003b, «Arnaldo Gama entre a Literatura e a História. Mote para uma reflexão epistemológica», in *Actas do Colóquio Literatura e História: Para uma prática interdisciplinar*, (documento em suporte informático), Lisboa, Universidade Aberta.

COSTA, Adelaide Pereira Millán da

2003c, «O discurso político dos concelhos portugueses na Baixa Idade Média – Convergências e especificidades. O caso de Elvas», comunicação apresentada nas *V Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval*, realizadas em Cádiz no mês de Abril de 2003.

- DUBY, Georges  
1992, *A História Continua*, Porto, Edições Asa.
- DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick  
1999, *Les courants historiques en France, 19<sup>e</sup>-20<sup>e</sup> siècles*, Paris, Armand Colin.
- EVANS, Richard J.  
2000, *Em Defesa da História*, Lisboa, Temas e Debates.
- HESPANHA, António Manuel  
1986, «História e Sistema: Interrogações à historiografia pós-moderna», in *Ler História*, 9, pp. 65-84.
- HESPANHA, António Manuel  
1991, «A emergência da História», in *Penélope. O fazer e o desfazer da História*, 5, pp. 9-25.
- IGGERS, Georg G.  
1998, *La ciencia histórica en el siglo XX. Las tendencias actuales. Una visión panorámica y crítica del debate internacional*, Barcelona, Idea Books S.A..
- JENKINS, Keith  
1999, *Why History? Ethics and postmodernity*, London / New York, Routledge.
- LOPES, Fernão  
1994, *Crónica de D. João I*, 2 vols., Barcelos, Livraria Civilização Editora.
- LOZANO, Jorge  
1987, *El discurso histórico*, Madrid, Alianza Editorial.
- MACHADO, Álvaro Manuel (dir.)  
1996, *Dicionário de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença.
- NOIRIEL, Gerard  
1996, *Sur la «crise» de l'Histoire*, Paris.
- OLIVEIRA, Maria de Lourdes Santos de  
1945, *António Coelho Lousada*, Dissertação de licenciatura em Filologia Românica, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- REIS, Carlos; PIRES, Maria da Natividade  
1999<sup>2</sup>, *O Romantismo* – vol. 5 de *História Crítica da Literatura Portuguesa*, dir. de Carlos Reis, Lisboa, Editorial Verbo.
- SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins  
1995, «O Porto Oitocentista», in RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora, pp. 450-520.
- SOUSA, ARMINDO  
1990, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, 2 vols., Porto, INIC/CHUP.
- TAVARES, Maria José Ferro  
1982, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, 2 vols. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando  
1998, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, 2 vols., Lisboa, Temas e Debates.